



PEC 241/2016 e a Subtração de Recursos para a Saúde

Maria Lucia Fattorelli

Audiência Pública – CDH do Senado Federal
Brasília, 17 de outubro de 2016

PARADOXO BRASIL

9ª Maior Economia Mundial IMENSAS POTENCIALIDADES ABUNDÂNCIA

- Maior reserva de Nióbio do mundo
- Terceira maior reserva de petróleo
- Maior reserva de água potável do mundo
- Maior área agriculturável do mundo
- Riquezas minerais diversas e Terras Raras
- Riquezas biológicas: fauna e flora
- Extensão territorial e mesmo idioma
- Clima favorável
- Potencial energético, industrial e comercial
- Riqueza humana e cultural

CENÁRIO BRASIL 2015/2016 ESCASSEZ

CRISES

➤ Econômica seletiva

- Desindustrialização
- Queda da atividade comercial
- Desemprego
- Perdas salariais
- Privatizações
- Encolhimento do PIB

➤ Social

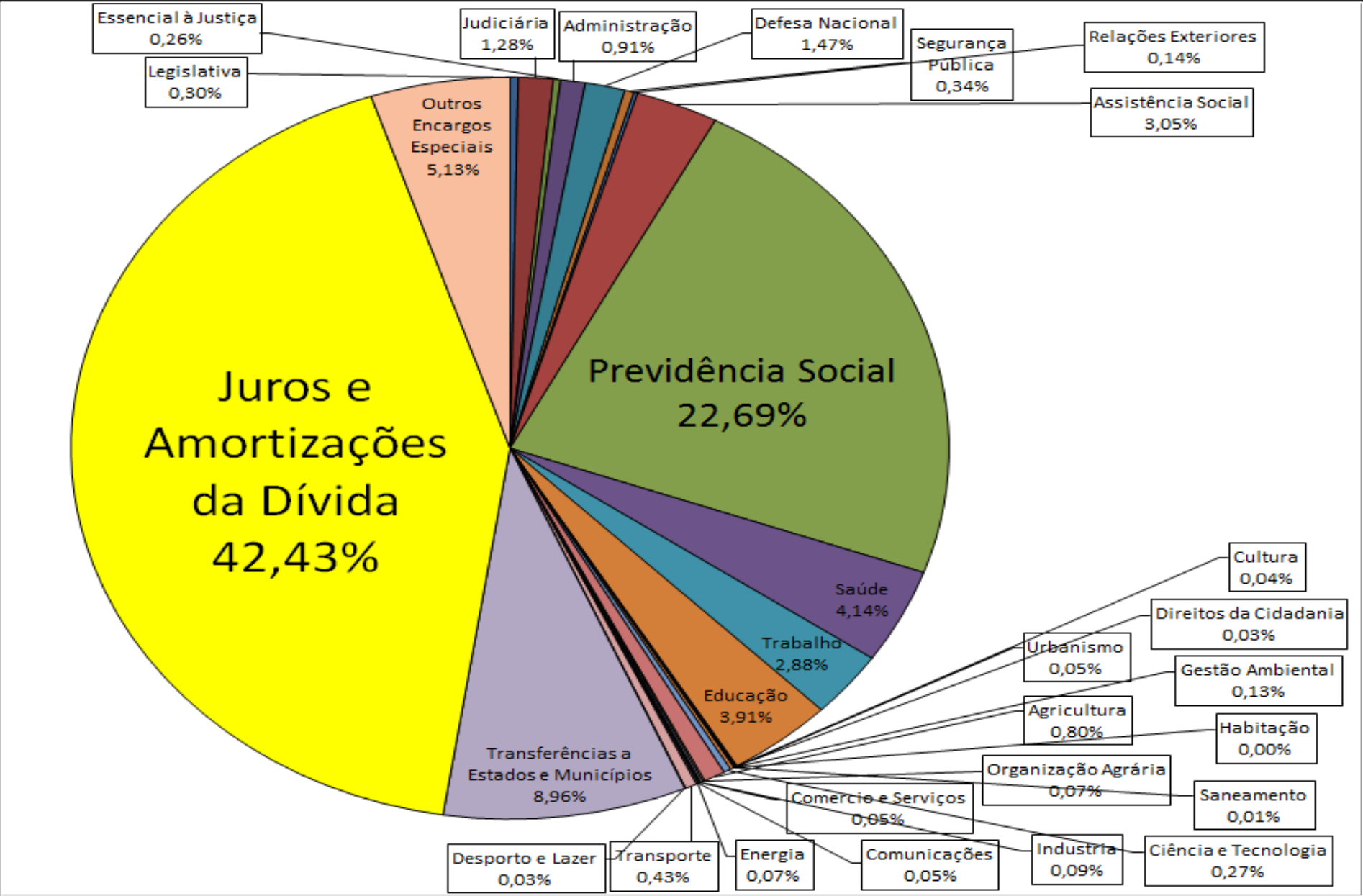
➤ Política

➤ Ambiental

AJUSTE FISCAL: Corte de investimentos e gastos sociais; aumento de tributos para a classe média e pobre; privatizações

CRESCIMENTO ACELERADO DA DÍVIDA PÚBLICA = CRISE FISCAL

Orçamento Geral da União 2015 (Executado) Total = R\$ 2,268 trilhões



PEC 241 NÃO SOLUCIONARÁ A CRISE ATUAL

O governo e setores da grande mídia estão instalando um clima de terrorismo no país e fazendo uma tremenda lavagem cerebral na população, afirmando que se a PEC 241 não for aprovada o Brasil “quebra”, usando ainda o óbvio discurso de que é necessário controlar gastos. Óbvio! Afinal, quem seria contra controlar gastos?

As questões que não enfrentam são: O que está “quebrando” o Brasil? Que gastos estão de fato precisando ser controlados? O que a PEC 241 pretende fazer? O que está por trás dessa PEC 241? Por que não são enfrentadas as amarras que impedem que o Brasil, o país da abundância, garanta vida digna para todas as pessoas?

Você está sendo roubado pela PEC 241

QUAL AS CAUSAS DA CRISE ATUAL?

- **Déficit**

2016 Projeção de déficit de R\$170,5 bilhões

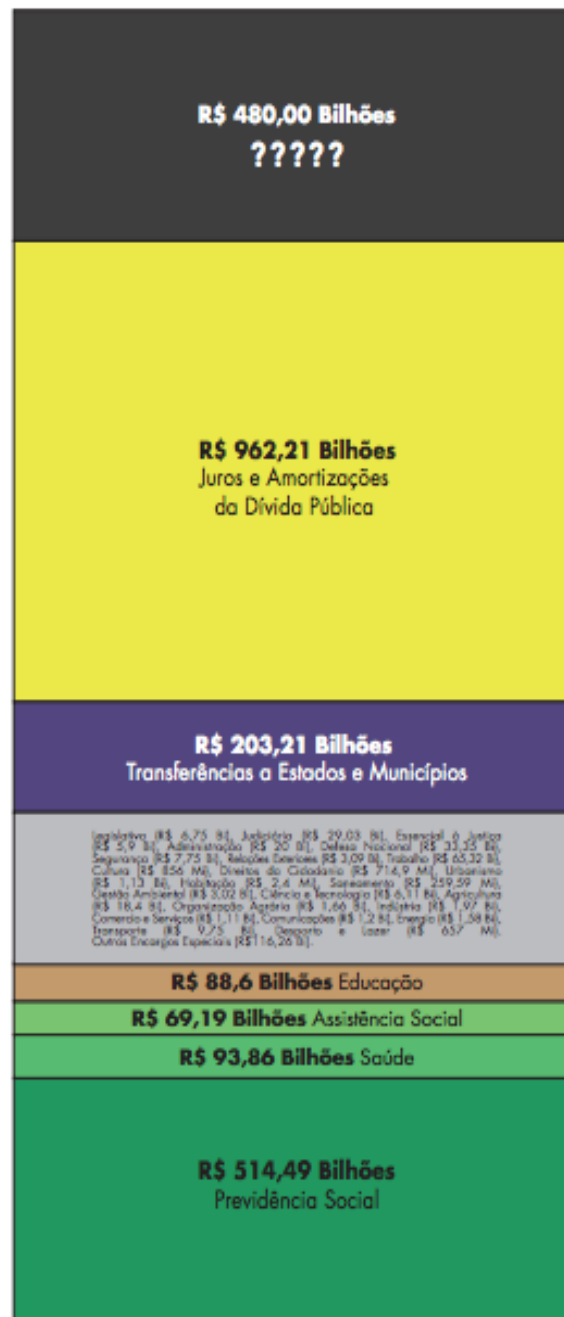
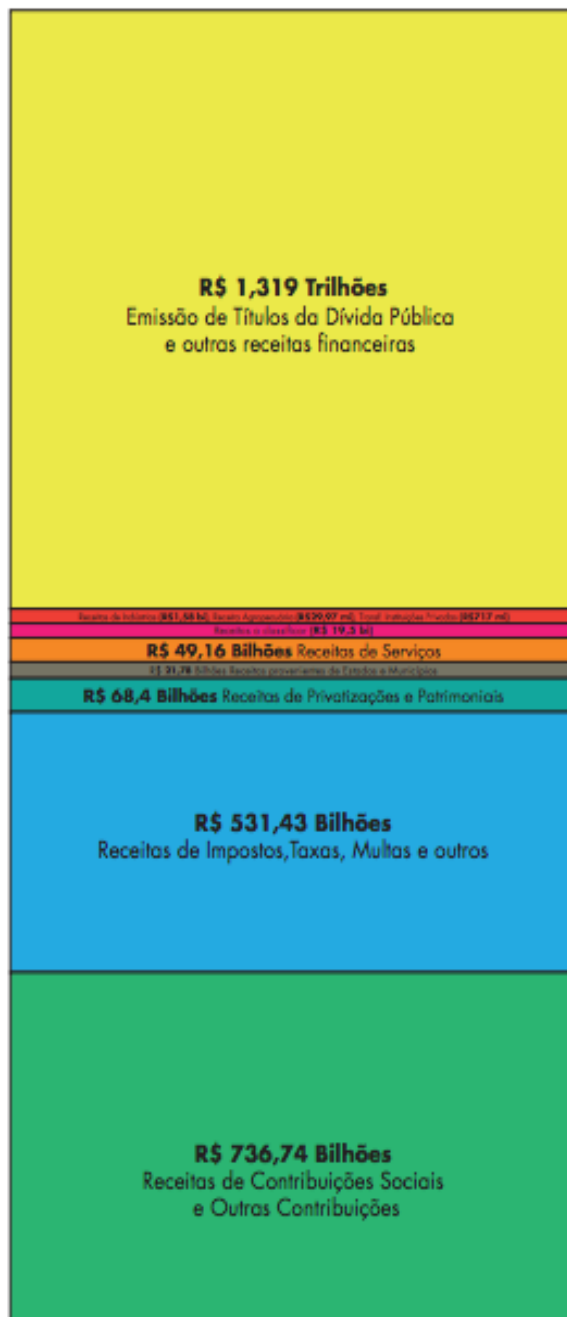
2015 Déficit de R\$ 111,2 bilhões

- **Elevada Dívida Pública**

A Dívida Pública tem sido colocada como justificativa para todos os projetos em andamento no Congresso Nacional, que suprimem direitos sociais: PLP 257/2015; PEC 241/2016; PEC da DRU e DREM etc.

Que déficit é esse?

Qual a razão do crescimento da dívida?



QUANDO COMPUTADAS TODAS AS CONTAS NÃO HÁ DEFICIT

**SOBRARAM R\$ 480
bilhões em 2015**

- Juros e amortizações da dívida: gasto mais relevante (42,43%)
- Dívida consumiu não somente receitas financeiras, mas também outras receitas orçamentárias, retirando recursos de áreas essenciais

O que está “quebrando” o Brasil?

- **Elevadíssimas taxas de juros:** praticadas sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política, configurando-se uma transferência de renda e receita ao setor financeiro privado;
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros, que promove a multiplicação da dívida por ela mesma;
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal
- As escandalosas operações de **swap cambial** realizadas pelo Banco Central, que correspondem à garantia do risco de variação do dólar paga pelo BC principalmente aos bancos e a grandes empresas nacionais e estrangeiras, provocando prejuízo de centenas de bilhões em 2014/2015;
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio das “operações compromissadas”, realizadas pelo BC com os bancos, sem a devida transparência. Estima-se gasto de pelo menos R\$200 bilhões em 2015.

O ajuste fiscal e os cortes devem ser feitos nos juros abusivos
“O Banco Central está suicidando o Brasil”

<http://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/artigos/o-banco-central-esta-suicidando-o-brasil-dh5s162swds5080e0d20jsmpc>

Evidência revelada pela Auditoria Cidadã

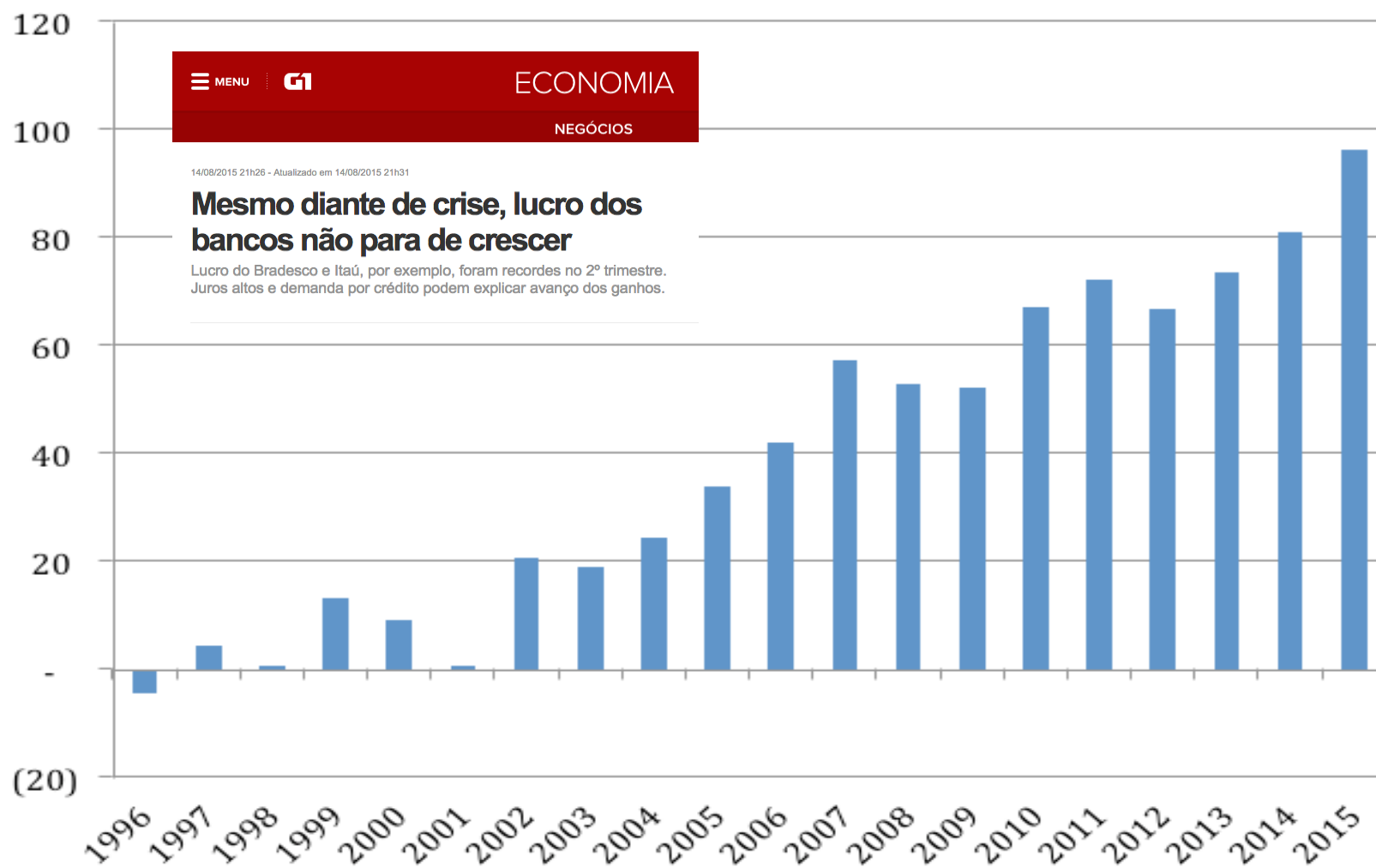
“SISTEMA DA DÍVIDA”

- **Utilização do endividamento como mecanismo de subtração de recursos e não para o financiamento dos Estados**
- **Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios: CRISE EM DIVERSOS ENTES FEDERADOS BRASILEIROS**
- **Dívidas sem contrapartida**
- **Maior beneficiário: Setor financeiro**



Quem ganha?

Lucro dos bancos (R\$ bilhões)



Em 2015, apesar da desindustrialização, da queda no comércio, do desemprego e da retração do PIB em quase 4%
o LUCRO DOS BANCOS foi 20% superior ao de 2014, e teria sido 300% maior não fossem as exageradas provisões que reduzem seus lucros tributáveis:



Quem perde?

DESEMPREGO e SUB-EMPREGO

PEA - BRASIL 2016

Raio x

	TOTAL NO TRIM. ATÉ AGOSTO (EM MILHÕES)	VARIAÇÃO (ANTEJUN/JUL/ AGO 2015)
População		
Em idade de trabalhar	166,441	2,038 milhões
Na força de trabalho	102,161	1,230 milhão
Ocupada	90,137	-1,991 milhão
Desocupada	12,024	3,220 milhões
Fora da força de trabalho	64,280	809 mil
Posição na ocupação		
Empregado no setor privado		
Com carteira	34,176	-1,363 milhão
Sem carteira	10,204	122 mil
Trabalhador doméstico	6,122	84 mil
Empregado no setor público	11,361	-195 mil
Empregador	3,946	-111 mil
Conta própria	22,235	86 mil
Trabalhador familiar auxiliar	2,093	-614 mil

ESTADÃO 1/10/16

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

PÁGINAS 2 E 3

Antonio Cunha/CB/DA Press



Vivendo com menos de um salário mínimo

O desemprego e a recessão aceleraram o aumento da pobreza no Brasil em 2016. Pesquisa mostra que 23,4% da população economicamente ativa ganha menos de R\$ 880, o piso salarial do país. É o caso de André Santos, que foi dispensado da empresa onde trabalhava. Ele agora faz bicos de auxiliar de pedreiro e ganha no máximo R\$ 700 por mês para sustentar a mulher e os quatro filhos.

PÁGINA 8

23,4 % da população ativa vive com menos de 1 salário mínimo.

Correio Braziliense de 12/07/2016

Crise Fiscal tem sido a justificativa para projetos que cortam direitos sociais para destinar recursos para a dívida

- **PEC 241/2016:** congela por 20 anos os gastos **primários** para destinar recursos para a **dívida** e para **empresas estatais não dependentes** (goo.gl/YmMe8m)
- **PLP 257/2016:** faz um verdadeiro desmonte do estado brasileiro para servir ao pagamento da dívida nunca auditada (<http://goo.gl/yCCpue>)
- **PEC 143/2015 e 31/2016:** aumento da DRU (Desvinculação das Receitas da União) e criação da DREM, representam a morte do SUS (<http://goo.gl/3X9LVf>)
- Propostas de **contrarreforma da previdência:** aumenta idade para aposentadoria e subtrai direitos (<http://goo.gl/uu9Opc>)

“Crise” abre espaço para implantação de esquemas financeiros fraudulentos

O QUE ESTÁ POR TRÁS DA PEC-241

“...Faz-se necessária mudança de rumos nas contas públicas, para que o País consiga, com a maior brevidade possível, restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos e da dívida pública....”

- ✓ Congelamento de gastos primários por 20 anos!
- ✓ Liberdade Total, SEM LIMITES, para gastos com:
 - **dívida pública**
 - **empresas estatais não dependentes**

PEC 241 ESCONDE ESQUEMA FRAUDULENTO

<http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2016/10/06/nao-pec-2412016-2/>

NOVOS ESQUEMAS DE GERAÇÃO DE DÍVIDA

- ILUSÃO: venda, cessão ou novação de “Dívida Ativa” podre que na verdade não sai do lugar
- CRIAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES
- EMISSÃO DE DEBÊNTURES: papel financeiro NOVO vendido a investidores privilegiados com desconto de até 60% e juros de 20% ou mais sobre o valor de face
- Imenso dano ao erário = geração de obrigação onerosa = DÍVIDA SEM CONTRAPARTIDA ALGUMA

PEC 241: teto para investimentos sociais essenciais e garantia de recurso para esquema fraudulento que o PLS 204/2016 o PLP 181/2015 e PL 3337/2015 visam “legalizar”

<http://goo.gl/YmMe8m>

Esquema financeiro ilegal rouba o Estado, lesa a sociedade e transfere a conta para o trabalhador

NÃO aos projetos PLP 181/2015 e PL 3337/2015 e ao PLS 204/2016

O Congresso Nacional está para votar, com urgência, um verdadeiro escândalo:

A mesma proposta de emenda constitucional **PEC 241/2016**, que insere no texto da Constituição Federal o congelamento de gastos e investimentos sociais por até 20 anos, **garante recursos para "empresas estatais não dependentes"**. Assim, a PEC 241 privilegia a destinação de recursos para esse esquema financeiro ilegal enquanto sacrifica a saúde, a educação, a assistência, a segurança e todos os demais gastos e investimentos sociais. Os projetos de lei **PLS 204/2016, PLP 181/2015 e PL 3337/2015** visam "legalizar" esse esquema.

COMO FUNCIONA O ESQUEMA?



Como o esquema está funcionando em Belo Horizonte



Criada por Lei Municipal com
Capital de R\$100 mil

Debêntures pagam juros exorbitantes: IPCA + 11%

Segunda emissão de debêntures:

No dia 15 de abril de 2014 a PBH Ativos S/A realizou sua segunda emissão de debêntures, sendo a primeira pública, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Foram emitidas 2.300 debêntures com valor unitário de R\$ 100 mil gerando uma emissão total de R\$ 230 milhões. O prazo de vencimento das debêntures será de 7 anos com pagamentos mensais de amortização e juros, à taxa de 11% ao ano acrescido de atualização monetária, utilizando-se como indexador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. O pagamento das debêntures é garantido pela cessão fiduciária dos Direitos de Créditos Autônomos. A Fitch Ratings atribuiu rating AA a emissão.

Característica da Emissão:

Emissora: PBH Ativos S.A.

Coordenador Líder: Banco BTG Pactual S.A.

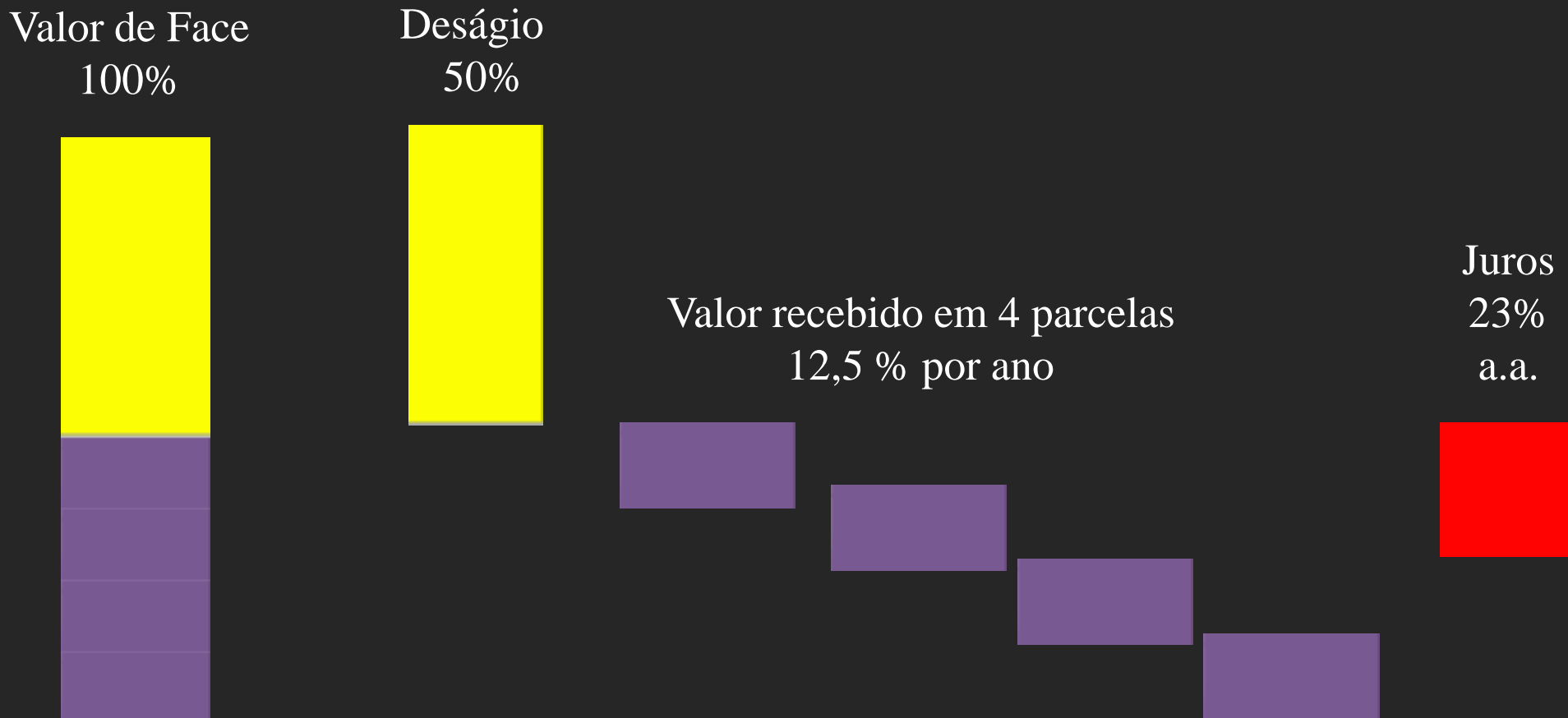
Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Banco Centralizador: Banco do Brasil S.A.

Escriturador: Itaú Corretora de Valores S.A.

Liquidante: Itaú Unibanco S.A.

Juros pagos pela "estatal não dependente" pode superar a parcela anual recebida de investidores



O valor desembolsado pelo investidor privilegiado que compra as debêntures senior é menor que os juros que recebe, pois paga parcela de 12,5% do valor de face e recebe juros de 23%. A estatal ainda arca com custos financeiros, consultorias, remuneração administradores... onerando pesadamente o Estado.

Entes Federados proporcionam **GARANTIA**

O que está sendo cedido
pelo ente público para as
estatais não dependentes que emitem debêntures
é simplesmente a garantia pública
em valor equivalente aos créditos inscritos ou não em
dívida ativa.

O ente público recebe debêntures subordinadas para
documentar essa garantia concedida.

- Geração de **DÍVIDA PÚBLICA**
- Aprofundamento da Financeirização



Esquema de Geração de Dívida Pública

Estados e municípios não terão benefício algum

Recursos auferidos pela empresa estatal não dependente com a venda de debêntures *senior* serão rapidamente consumidos com:

- Deságio
- Pagamento de juros exorbitantes
- Consultorias e custos financeiros
- Remuneração de administradores

Por se tratar de **estatal não dependente**, os entes federados serão chamados a honrar a garantia e continuar pagando juros e amortizações das debêntures, gerando dívida pública.

**PEC 241/2016 GARANTE RECURSOS PARA
ESTATAIS NÃO DEPENDENTES**

COMO ESSE ESQUEMA ENTROU NO BRASIL:


CONSULTORIAS PRIVADAS

EXPERTISE

DO FMI



**Semelhança com a
empresa EFSF,
sediada em
Luxemburgo,
paraíso fiscal na
Europa, criada por
imposição do FMI**



Nos últimos anos, Estados e Municípios brasileiros procuram alternativas para o financiamento de programas voltados para investimentos públicos e obras de infraestrutura. Uma alternativa que os governos estaduais e municipais estão buscando é a emissão de títulos com lastro em recebíveis. A Comissão de Valores Mobiliários autoriza esse tipo de operação, desde que os entes públicos interessados realizem a estruturação das emissões dentro dos padrões aprovados pela CVM e atendam algumas regras do mercado de capitais.

A ABBA Consultoria possui entre seus consultores, profissionais que já realizaram com sucesso essas operações em governos estaduais e municipais, a exemplo da prefeitura de Belo Horizonte e do Governo do Estado de Goiás.

Consulte-nos para conhecer essa nova forma de geração de receitas em uma época de recursos escassos.

A ABBA Consultoria ajuda você e a sua equipe a viabilizar essa nova maneira de financiar programas governamentais.

Oferecemos Consultoria Presencial, Consultoria à distância (perguntas e respostas), Cursos In Company, Workshops

CONSULTORES RESPONSÁVEIS:

MSc EDSON RONALDO NASCIMENTO

Economista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Especialista em Administração Financeira: Fundação Getúlio Vargas

Mestre em Administração Pública: Universidade de Brasília – UNB

Assistant Consultant do Fundo Monetário Internacional -FMI

Realizou a primeira emissão de Debêntures junto a Prefeitura de Belo Horizonte, primeira capital a se financiar com esse tipo



[Clique aqui!](#)



Entre em contato:

(61) 3039-8126

COMO O ESQUEMA SE ALASTRA

Edson Ronaldo do Nascimento

- Consultor responsável da ABBA
- Presidente da PBH Ativos S/A (Empresa não dependente do Município de Belo Horizonte)
- Superintende da Fazenda de Goiás
- Secretário de Fazenda de Tocantins
- Consultor Assistente do FMI

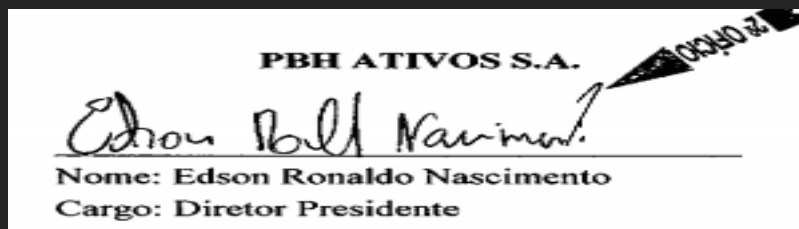
A MESMA PESSOA

- ✓ Vende consultoria
- ✓ Preside estatal não dependente criada conforme sua consultoria
- ✓ Ocupa cargos em Estados onde estão sendo criadas estatais não dependentes conforme sua consultoria

CONSULTORIAS PRIVADAS



CONFLITO DE INTERESSES



Edson Nascimento deixa Sefaz após sete meses; subsecretário responderá pela pasta

O então titular da Secretaria da Fazenda (Sefaz), Edson Ronaldo Nascimento, deixou o comando da pasta. A informação foi confirmada pela assessoria, que disse que o gestor se despediu na quinta-feira, 28, da equipe técnica. Não será emitida nota sobre a questão e a decisão para sair foi pessoal. O subsecretário Paulo Antenor de Oliveira vai responder pela Sefaz até ser anunciado substituto.

Foto: Luciano Ribeiro/Governo do Tocantins



Edson Ronaldo Nascimento ocupava o cargo de superintendente executivo na Sefaz de Goiás antes de assumir a Fazenda do Tocantins em janeiro deste ano. Na época, o governador Marcelo Miranda (PMDB) anunciava reforma na estrutura administrativa do Executivo, quando o número de secretarias foi reduzido de 19 para 14.

INCOERÊNCIA


- Conjuntura de aceleração de Privatizações de empresas estatais estratégicas e lucrativas
- Criação de “estatais não dependentes” regidas pelo direito privado para emitir debêntures com garantia pública (PLS 204 e PEC 241)
 - Emitir debêntures é atividade de Estado???
 - Qual a necessidade desse tipo de negócio para o Estado???
 - Qual o benefício que esse tipo de estatal trará para a sociedade???

A maior e mais efetiva comunidade de campanhas online para mudanças

INICIE UMA PETIÇÃO

Senadores Votem NÃO ao PLS 204/2016; Deputados Votem NÃO à PEC 241, ao PLP 181/2015 e PL 3337/2015.

 Criado por
Bernardo P.
Brasil

 A ser entregue
para:
Senado Federal,
Congresso Federal

ASSINE A PETIÇÃO

“ Congresso Nacional, diga NÃO a esquema fraudulento: Senadores Votem NÃO ao PLS 204/2016; Deputados Votem NÃO à PEC 241, ao PLP 181/2015 e PL 3337/2015.

Coloque seu endereço de email:

email

Porque Isso é Importante? (opcional)

Avaaz.org vai proteger sua privacidade e lhe manter atualizado sobre essa e outras campanhas semelhantes.

ASSINE

**NÃO ao
PLS 204/2016**

1.000

385

PARADOXO BRASIL

*Estamos muito
distantes do
Brasil que
queremos*



- **9ª ECONOMIA MUNDIAL**
- **Pior distribuição de renda do mundo** <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>
COMPARADO COM [GINI index](#) | [Data](#) | [Table](#)
- **75º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH**
- **Penúltimo no ranking da Educação entre 40 países** (Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais)
- **Penúltimo no ranking do crescimento econômico em 2016**

AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

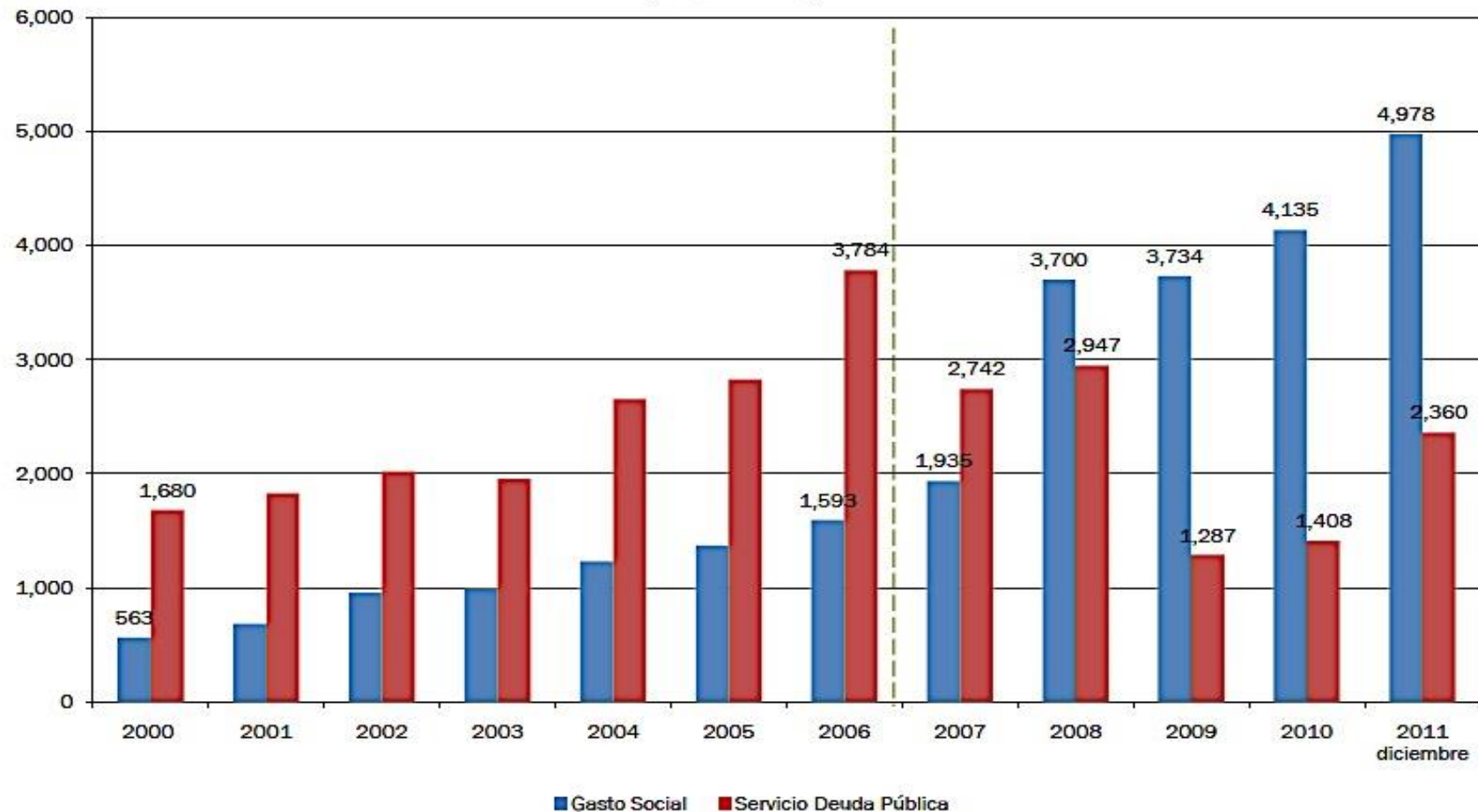
www.auditoriacidada.org.br

CPI da Dívida Pública

Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da
Constituição

PEC 241/2016 IMPEDE O AUMENTO DE GASTOS SOCIAIS OCORRIDO NO EQUADOR APÓS A AUDITORIA DA DÍVIDA

INVERSIÓN SOCIAL
Evolución Comparada con Respecto a la Deuda Pública
(US\$ millones)



El gasto social en el año 2009 fue 2.9 veces mayor al del servicio de la deuda pública del gobierno central.

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

CONHECIMENTO DA REALIDADE

MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

AÇÕES CONCRETAS

- **Frente Parlamentar Mista** para realizar Auditoria da Dívida com Participação Social: **Reunião dia 11/10/2016**
- **NÚCLEOS** da Auditoria da Dívida Pública e **CURSO**
- Reivindicar a AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ para desmascarar o “Sistema da Dívida” e redirecionar a aplicação dos recursos: **RETIRAR A PEDRA DO CAMINHO**
- Sair do cenário de escassez para viver a realidade de abundância, garantindo vida digna para todas as pessoas
- Exigir Voto NÃO à PEC 241/2016 e aos **PLS 204/2016 o PLF 181/2015 e PL 3337/2015 visam “legalizar” esquema fraudulento que geram dívida pública e aprofundam a financeirização no Brasil**

A apenas 15 quilômetros do Palácio do Planalto, centenas de brasileiros e brasileiras, inclusive idosos e crianças, disputam o lixo de Brasília para sobreviver. Isso é consequência do Sistema da Dívida. É urgente sairmos desse cenário de escassez.



Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina